

## Biotecnologia

# Conflito na CTNBio

O GOVERNO lançou um plano estratégico para levar o país a liderar as áreas específicas de saúde humana, industrial e agropecuária até 2020. O governo estima ser possível movimentar até R\$ 7 bilhões em investimentos públicos e privados no setor pelos próximos dez anos. É uma aposta na expansão acelerada da indústria de biotecnologia,

Com foco na inovação e na integração entre pesquisa e produção, o governo busca desenvolver produtos e processos biotecnológicos inovadores, elevar a eficiência produtiva, ampliar a capacidade de inovação das empresas e expandir as exportações.

O plano é resultado do Fórum de Competitividade da Biotecnologia do Ministério do Desenvolvimento, instalado em 2004. A ambição dos planos do governo depende do desenvolvimento de chamados “pontos-chave” para consolidar a base industrial do País, que vão desde regras estáveis até políticas de crédito e tributárias.

## Inovação

No Brasil, as empresas de biotecnologia ainda são pequenas ou médias. A maioria delas deriva de projetos de incubação em universidades. Para avançar é importante a Lei de Inovação, política específica de recursos humanos e a complementaridade dos laboratórios. As fontes de recursos serão os fundos setoriais, a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), o BNDES e a própria indústria.

A idéia é usar a biotecnologia como ferramenta para uma visão mais abrangente da ciência, com investimentos nas áreas

básicas, como fisiologia, genética, matemática. Isso é o que gera tecnologia.

No setor do agronegócio, a estratégia do governo abre portas para apoiar a geração de tecnologias e produtos ou processos de biomassa, para a produção de:

- Etanol e biodiesel ou a hidrólise enzimática, com a produção de etanol a partir da celulose.
- Inoculantes para a fixação de nitrogênio em gramíneas,
- Etanol a partir de celulose e lignocelulose,
- Plásticos biodegradáveis,
- Combustível “H-Bio” hidrogenado
- Energia elétrica a partir da biomassa.

Com o objetivo de suprir a demanda nacional e estimular a exportação, será criado um programa específico para a produção de enzimas industriais de modo a chegar a 2008 com produtos para uso na ração animal, no biodiesel e no segmento farmacêutico. Fazem parte do programa os projetos industriais inovadores de uso alimentício, cosmético e ambiental.

No geral, o plano busca introduzir tecnologias de alto valor agregado, como alimentos seguros de baixo custo certificados nas áreas animal e vegetal, além de fortalecer a bioindústria de transformação de subprodutos e incorporar processos como a proteção de genes e de substâncias naturais bioativas dos recursos genético.

## Burocracia

Quase 18 meses após a aprovação da Lei de Biossegurança (11.105), as empresas enfrentam a lentidão da burocracia da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança. Os prazos regimentais para cum-

primento de cada etapa do processo para liberação de novos produtos são longos e repletos de exigências.

Na verdade, desde a sua criação inicial, em 2005, a CTNBio nunca conseguiu desenvolver seus trabalhos sem sofrer solução de continuidade, face à divergência de posição nas questões ligadas a meio ambiente, agricultura familiar e aos direitos dos trabalhadores e dos consumidores.

Hoje, há aproximadamente 600 processos na fila da CTNBio, e o prazo de aprovação leva entre 290 e 590 dias. Tudo isso decorre em função do colegiado responsável pela análise de transgênicos possuir diversas instâncias e apelações às decisões internas.

Um dos instrumentos mais empregados é a adoção do questionamento sobre a neutralidade das decisões tomadas pelos membros da comissão. Mas existem outros pontos como:

- Realização de audiências públicas,
- Exigências de licenciamento ambiental,
- Avaliações de risco ambiental e aspectos sócio econômicos,
- Estudos sobre atividades com significativa degradação ambiental,
- Diligências adicionais e consultas a especialistas,
- Questionamento sobre sigilo industrial;
- Recursos das partes interessadas, como ONGs e associações de produtores

## Batalha judicial

Uma longa batalha é travada nos tribunais sobre a questão dos transgênicos,

**CTNBio: Trâmites para aprovação de OGM's (em dias)**

Etapa	Prazo	Prazo acumulado	Prazo sem audiência pública, com recursos, sem suspensões nos ORF's	Prazo sem recursos e com suspensões nos ORF's
Secretaria executiva	15	15	15	15
Publicação	30	45	45	45
Relatório final	30	75	75	75
Aprovação nas subcomissões	30	105	105	105
Audiência pública	30	135		
Aprovação de relatório	30	165		135
Publicação SIB e DOU	5	170	135	140
Recurso ou avocação	30	200	140	170
CNBS	60	260	170	230
Diligências ou pareceres	30	290		
ORF para registro	120	410	290	350
Estudos ou esclarecimentos	180	590		

Fonte: Estudo de Letícia Rodrigues da Silva (ANVISA) e Victor Pelaes (UFP)

principalmente sobre a produção e comercialização da soja no país. Existe uma ação cautelar que ainda proíbe o plantio da soja modificada geneticamente. Mas o governo federal aprovou a Lei de Biossegurança, que permite a produção do alimento sem a realização de um estudo de impacto ambiental, como prevê a Constituição.

Por isso, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) solicitou ao procurador-geral da República o ingresso de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Superior (STF). A briga judicial promete ser longa.

O Idec questiona a falta do estudo de impacto ambiental previsto na Constituição e aponta estudos que comprovam aumento de quantidade de defensivos agrícolas em áreas plantadas com soja transgênica.

As lideranças dos produtores afirmam que o produtor tem o direito de escolher as sementes que quer usar. As sementes certificadas possuem o mesmo rendimento das sementes normais, exigem menos agrotóxicos e agredem menos o meio ambiente. A questão é ideológica quando se afirma a impossibilidade de uma convivência entre a natureza e a biotecnologia.

No embate entram também os interesses econômicos dos agricultores e da balança comercial brasileira. O custo da produção com semente transgênica fica mais barato na soja. Este é um ponto fundamental para uma época de crise, em que a economia na plantação pode ser vital para a sobrevivência dos produtores.

**Monitoramento**

A CTNBio depara com o desafio de tomar decisões sobre temas polêmicos e complexos, que sempre estão associados a aspectos científicos ou a questões ligadas ao ambiente, ao trabalho ou a direitos do consumidor.

No começo do ano, o Ministério Público Federal definiu sua função de órgão externo e de fiscalização da CTNBio, no tocante à ordem jurídica e aos interesses da sociedade. A 4ª Câmara de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do MPF definiu a procuradora Maria Soares para participar das reuniões mensais do colegiado.

Em maio último, como previsto no regimento interno, o MPF obrigou os membros da CTNBio a assinar uma declaração de conduta, em que deixam explicitados eventuais interesses de conduta nos julgamentos de processos. As

próximas medidas serão no sentido da publicação das atas das reuniões e nos mecanismos de funcionamento das informações públicas.

A atuação do MP na CTNBio coloca, em certo sentido, em dúvida a independência do órgão. Com relação à Lei de Biossegurança, o MP entrou com uma Ação Direta Inconstitucionalidade contra o poder da CTNBio de decidir sobre os impactos ambientais dos transgênicos. A alegação é que a atribuição viola a Constituição e o sistema nacional do meio ambiente.

O pivô da crise na CTNBio é a sua composição, com 27 membros titulares, dos quais 12 são cientistas, sendo 3 de cada uma das áreas de saúde humana, animal, vegetal e meio ambiente. Há ainda representantes de nove ministérios e outros seis especialistas nas áreas de defesa do consumidor, saúde, ambiente, biotecnologia, agricultura familiar e saúde do trabalhador. Cada membro titular tem um suplente que participa e opina nas reuniões. Com tantos participantes os resultados das reuniões são insatisfatórios.

Com a alegação de impasses no campo político e não no conteúdo técnico e científico, alguns representantes pediram demissão e outros mostram a clara intenção de sair da CTNBio. Outro fato é que o quorum do colegiado mostra tendência de queda.

Atualmente, no Brasil, apenas um tipo de algodão e um de soja geneticamente modificados contam com autorização de cultivo pela CTNBio. E somente para a importação, e não para o plantio, foi autorizado o uso do milho transgênico, que devido à inserção de uma bactéria, produz proteínas tóxicas a alguns insetos.

Para liberação do uso comercial, até agora, estão na CTNBio cinco variedades de milho geneticamente modificado. O atraso na tomada de decisão cria um mercado ilegal de sementes clandestinas, além de provocar perdas nas empresas de pesquisa e melhoramento genético. Além disso, cada empresa amarga um custo de R\$ 1 milhão com o retardamento do processo. ■